II Congresso Internacional das **Ciências Agrárias** COINTER - PDVAgro 2017

PERFIL SOCIOECONÔMICO E OS BENEFÍCIOS DA COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES ENTRE OS RIOS CAETÉ E GURUPI COOMAR, EM SANTA LUZIA DO PARÁ- PARÁ

Apresentação: Comunicação Oral

MUNIZ, Carla Caroline Santana¹; SILVA, Jaciara Firmino da²; COSTA, Eduardo Kenneth de Oliveira da³; JÚNIOR, Antônio Barbosa Smith⁴; SILVA, Dr^a Eleci Terezinha Dias da⁵

Resumo

Cooperativismo consiste em um movimento social que se caracteriza pela preocupação política de transformação social aceitando a ideia de que a infraestrutura pode determinar mudanças na superestrutura social. Dentro desse contexto a formação de cooperativas vem sendo usada como ferramenta para auxiliar o crescimento de pequenos produtores, fortalecendo a produção e comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar. No campo da agricultura familiar, a concepção de associações e cooperativas destaca-se na literatura como uma área fundamental de produção, organização de plantação, associação de valor e de venda da produção. Com tudo, o objetivo do trabalho foi avaliar os benefícios sociais e econômicos, gerados através da formação da Cooperativa Mista dos Agricultores entre os rios Caeté e Gurupi na cidade de Santa Luzia-Pará. A metodologia tem como base a aplicação de questionários semiestruturados para a coleta de dados, sendo que os mesmos foram aplicados a 11 cooperados, de forma aleatória todos oriundos da agricultura familiar com intuito de analisar aspectos socioeconômico acerca da situação dos cooperados. A partir dados analisados pôde-se observar que a maioria dos cooperados entrevistados, 64%, é do sexo masculino. Porém o número significativo de 36% de mulheres cooperadas, mostra a inserção da mulher no campo que a cada dia cresce mais. No que se refere à escolaridade, pode-se observar que 37% têm o ensino fundamental completo, enquanto que 27% têm apenas o ensino fundamental incompleto, dados estes que podem ser atribuídos ao fato de que as necessidades familiares levaram os trabalhadores rurais a abandonarem os estudos e a trabalharem mais cedo. A renda familiar de 64% dos cooperados entrevistados é de 1 salário mínimo, onde pode-se analisar que é mantida uma agricultura diversificada, onde se come o que produz e gerando lucro para cooperativa e consequentemente para sua família. Notou-se a importância da organização e adesão dos produtores rurais em cooperativas, pois estimula a melhor comercialização dos produtos e permite que os produtores cresçam socialmente e economicamente, promovendo então, o desenvolvimento de comunidades rurais do município de Santa Luzia do Pará.

Palavras-Chave: Agricultura familiar, Associações, Cooperativismo, Produtores rurais.

¹ Agronomia, Universidade Federal Rural da Amazônia, carolinesantana23@yahoo.com.br

² Agronomia, Universidade Federal Rural da Amazônia, jacyarafirminno@gmail.com

³ Agronomia, Universidade Federal Rural da Amazônia,

⁴ Doutora pesquisadora, Universidade Federal Rural da Amazônia, eleci.silva@ufra.edu.br

Introdução

A agricultura familiar dentro do universo da agricultura brasileira representa uma fatia considerável, concentrando mais de 84% das propriedades agricultáveis do Brasil. Este contingente de agricultores familiares ocupa uma área de 24% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (IBGE, 2006).

A agricultura familiar hoje no Brasil vem sendo abordada como base alimentar, por isso sua inserção no mercado de produtos agroalimentares. O processo de comercialização apresenta-se com um dos principais dilemas da agricultura familiar, sendo que o acesso aos mercados institucionais é um fenômeno recente no país. Nesse contexto enfrenta ainda restrições no acesso ao mercado de serviços geral, e não apenas em crédito (VOGT; SOUZA, 2009). Vian e Sacco dos Anjos (2007) apontam que o mercado representa “construção eminentemente social, no qual interagem consumidores, produtores, Estado e demais agentes envolvidos, em estreita interdependência no âmbito das cadeias produtivas”.

No Brasil, não é de hoje que o cooperativismo rural tem sido visto como instrumento de mudança social, utilizado como mecanismo de organização da agricultura familiar, desempenhando um papel de crescimento econômico e social (SCOPINHO, 2007).

Muitos autores remeteram-se à dupla face – popular e institucional – deste movimento, colocando em questão o seu caráter de contestação ou de controle social. Rios (1989) apontou que este tipo de cooperativismo, doutrinário, tem dupla finalidade: econômica – porque é rentável para os empresários – e política – porque é saída honrosa para os que não possuem capacidade competitiva individual. É apresentado como “tábua de salvação econômica” para os pobres, mas, equivocadamente, reflete a ideologia liberal clássica, porque pressupõe uma economia de pequenas e médias empresas que funcionam em regime de concorrência perfeita, o que nunca foi realidade no mundo e muito menos no Brasil, país cuja economia é dependente e condicionada pelo capital internacional. Para o autor, esta ideologia, revestida de apelo igualitário e humanista, é funcional para remendar os graves problemas econômicos e sociais num momento histórico marcado pela presença de grandes corporações, pois trabalha com a ideia de que basta os pequenos se unirem para terem força.

Camargo (1960) inferem que o cooperativismo é um movimento social ou doutrina, cuja corrente hegemônica, que se caracteriza pela preocupação política de transformação social aceitando a ideia de que a infraestrutura pode determinar mudanças na superestrutura social.

Cooperativa é entendida aqui como modelo de estrutura organizacional, do qual se originam sociedades constituídas sob a forma democrática para atingir fins específicos, ou seja, associação autogestionária de pessoas, regida por princípios igualdade no que se refere à propriedade, gestão e repartição de recursos (CAMARGO, 1960; RIOS, 1976).

Dentro desse contexto, a formação de cooperativas vem sendo usada como ferramenta para auxiliar o crescimento de pequenos produtores, fortalecendo a produção e comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar. Com tudo, o objetivo do trabalho foi avaliar os benefícios, sociais e econômicos, gerados através da formação da Cooperativa Mista dos Agricultores entre os rios Caeté e Gurupi na cidade de Santa Luzia-Pará.

Fundamentação Teórica

O cooperativismo é avaliado como método que surgiu com o desígnio de defender os trabalhadores perante o meio capitalista, ajudando na tentativa de diminuir a desigualdade social. Consequentemente, o cooperativismo precisa ser aceito como um movimento social que apareceu por conta de mercado financeiro, no início do século XIX, momento este caracterizado pelos conflitos entre capital e trabalho, fomentado pelas péssimas qualidades de trabalho que induziu a classe operária a se estabelecer de forma associativa (RIBEIRO et. al. 2012).

Segundo Pires (2009), o cooperativismo surgiu no Brasil por uma estrutura autoritária, onde os interesses dos agricultores familiares não eram considerados. As iniciativas eram para a produção exportadora. O que nesse modelo beneficiou os produtores que obtinham grandes extensões de terra e privilegiavam a monocultura. Já os pequenos produtores, onde as atividades produtivas eram realizadas pela família, se viam cada vez mais marginalizados.

A partir da crise econômica mundial no final dos anos 1920, o governo redefine suas estratégias de produção. O cooperativismo sendo compreendido como possibilidade de amenizar alguns problemas gerados pela crise. Com tudo o governo incentiva a construção de cooperativas agropecuárias, principalmente cooperativas que conseguissem escoar a produção das pequenas propriedades (PINHO, 1965). Chiarello (2006, p.23) afirma que “O governo passou a incluir o cooperativismo na pauta da política agrícola nacional, como forma de defender a produção em pequena propriedade, estimulando a policultura e o desenvolvimento do mercado interno”.

Cooperativa é, portanto, um conjunto de pessoas, sendo eles grande ou pequeno, empenhado em ação comum, fundamentadas na democracia popular, tendendo apresentar um

serviço ou consolidar uma combinação econômica, que possa beneficiar vários integrantes (BORK et.al. 2011).

No campo da agricultura familiar, a concepção de associações e cooperativas destaca-se por sua vez a literatura como uma área fundamental de produção, organização de plantação, associação de valor e de venda da produção (PIRES, 2003).

Para Martínez e Pires (2000) A relação entre o cooperativismo, globalização e desenvolvimento local é fortemente estimulada pelo fato de que, a partir da comercialização e do preparo da produção, exigências da globalização, as cooperativas vêm colaborando para a potencialização dos locais em que estão implantadas. Ressaltando assim, um amento do poder de transição dos produtores e do crescimento do emprego e da renda, admitindo a perspectiva presente na literatura que identifica as cooperativas, sendo consideradas ao lado de outras iniciativas empresarias, como importante estratégia de desenvolvimento rural.

Metodologia

A ocupação do território que hoje compõe o Município de Santa Luzia do Pará deu-se com o início da construção da rodovia federal BR-316, que liga os estados do Pará e Maranhão. Seguindo os picos demarcatórios da via em implantação, o nordestino Manoel Gaia se constituiu no pioneiro do lugar. O processo de ocupação foi intenso na formação administrativa elevado à categoria de município com a denominação de Santa Luzia do Pará pela lei estadual nº 5688, de 13 de dezembro de 1991, desmembrado de Ourém, Bragança e Viseu. Sede no distrito de Santa Luzia do município de Ourém. Constituído de distrito sede. Instalado em 01 de janeiro de 1993. Em divisão territorial datado de 1 junho de 1995, o município é constituído de distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.

A metodologia tem como base a aplicação de questionários semiestruturados cujos resultados foram analisados qualitativa e quantitativa. Foram aplicados 11 instrumentos de coleta de dados distribuídas de forma aleatória entre os cooperados, oriundo da agricultura familiar, com intuito de analisar uma variável de objetos socioeconômico acerca da situação dos cooperados.

Os dados obtidos, foram sumarizados no Microsoft office Excel 2013 para posteriores análises qualitativas e quantitativas.

Resultados e Discussão

De acordo com os dados analisados pôde-se observar que a maioria dos cooperados entrevistados, ou seja, 64% são do sexo masculino, porém se tem um número significativo 36% de mulheres, podendo- se associar isso à inserção da mulher no campo que a cada dia cresce mais. Segundo Guimarães (1990) as mulheres passam a se constituir como força de trabalho, e não apenas como mão-de-obra disponível e transferiam no grupo doméstico, através do trabalho assalariado.

Para ser um cooperado é necessária uma idade mínima de 18 anos, no entanto foi observado que aproximadamente 50% dos entrevistados tinham idade que variavam de 20 a 30 anos, 46% apresentaram idade entre 50 e 65 anos. Esses dados mostram o interesse dos jovens no campo e também a continuidade do trabalho familiar, pelo fato de a cooperativa dar suporte para seus integrantes de um acesso à educação com mais qualidade voltado de acordo com os anseios ou necessidades da família.

De acordo com a escolaridade, pode se observar que 27% apresentam o ensino fundamental incompleto e apenas 37% tem somente o ensino fundamental completo. O baixo grau de escolaridade apresentado pode ser atribuído ao fato de que as necessidades familiares levam o jovem do campo a trabalhar mais cedo. Abbade (2012) analisou dados de seu estudo onde mostram que quanto maior o número de entrevistados, menor é o nível de escolaridade. Ainda, que 6 em 42 dos produtores com maior grau de escolaridade (Ensino Médio completo e incompleto e Ensino Superior) realizam controle dos custos de produção de maneira mais apurada, conhecendo melhor as ferramentas gerenciais necessárias para maior eficiência no andamento da atividade.

Figura 1. Grau de escolaridade dos Cooperados. Fonte: Própria

A renda familiar de 64% dos cooperados entrevistados gira em torno de 1 salário mínimo enquanto que apenas 27% refere ter renda de 2 salários mínimos e somente 9% dos entrevistados refere ter renda de 3 salários mínimos. A partir desses dados, pode-se inferir que a manutenção de uma agricultura diversificada, produz para a alimentação da família e que é o excedente, levado à cooperativa, fonte geradora de lucro para cooperativa e, conseqüentemente, para as famílias cooperadas. Infere-se ainda que a baixa renda familiar esteja ligada diretamente ao baixo nível de escolaridade, conforme apresentado no gráfico anterior.

A figura 2 apresenta as porcentagens dos agricultores com suas respectivas rendas;

Figura 2. Renda familiar dos Cooperados. Fonte: Própria

A pesquisa ainda levantou a quantidade de moradores por residência, e apontou que 50% dos entrevistados tem entre 2 à 5 integrantes na família, 33 % têm entre 6 e 10 integrantes e outros 17% aponta ter entre 11 e 20 pessoas conforme a figura abaixo.

Figura 3. Quantas pessoas residem na mesma casa. Fonte: Própria

Para se manter uma agricultura diversificada é necessária uma variedade considerável da produção, e isso foi observado entre os cooperados. No entanto manteve-se uma homogeneidade de algumas culturas cultivadas na região, porém algumas se sobressaem pelo

fato da demanda ser maior no mercado, como é o caso da mandioca que representa 23% da produção, seguida do feijão com 18% e do milho com 17% de produção, respectivamente. De acordo com o que foi levantado na pesquisa, para ser um cooperado é indispensável trabalhar em conjunto suprimindo as necessidades da cooperativa retrata as principais culturas cultivadas pelos cooperados. A figura abaixo mostra a diversidade de produção entre os cooperados.

Figura 4. Culturas produzidas pelos Cooperados. Fonte: Própria

A cooperativa foi criada com o intuito de melhorar a vida dos agricultores da região, no entanto diversos fatores influenciaram de forma significativa para o primeiro passo para a criação da mesma, este ponto por sua vez foi abordado na entrevista, no qual foram selecionadas as respostas mais discurridas pelos entrevistados, que foram consideradas com maior relevância, de acordo com o estudo. Figura 4, apresenta de forma clara e direta as respostas, de “Por que você entrou na cooperativa?”. Entre as respostas mais comentadas, percebe-se que 46% apontaram a facilidade de venda como causa enquanto que 36% justificaram pela possibilidade de venda com um preço justo o que totaliza significantes 82% dos entrevistados estão preocupados com a venda de seus produtos.

Figura 5. Motivos pelo cooperados entraram no Cooperativa. Fonte: Própria

De modo geral todos os entrevistados tiveram um retorno positivo em relação a cooperativa para suas vidas, no entanto foi efetivado o questionamento a respeito desses aspectos no decorrer da pesquisa para avaliação da satisfação dos cooperados. Verificou-se que 45% apontam a facilidade financeira enquanto 22% referem o aumento da renda com ofator primordial o que totaliza 67% dos entrevistados esses aspectos estão diretamente ligados com o fator financeiro como pode ser observado na figura abaixo.

Figura 6. Quais os benefícios que a cooperativa trouxe para os Cooperados. Fonte: Própria

Quando perguntados qual o local final destinado aos produtos dos cooperadores, 69% afirmaram que fica na própria Cantina dos cooperados, onde provavelmente é a forma mais prática de escoar e ter o lucro em “mãos”, os outros 31% dos produtos é destinado para o Estado do Nordeste, de uma forma significativa mostrando à evasão desses produtos para fora do estado, e uma demanda favorável à prioridade dos nordestinos em nossos produtos.

Há muito a ser aprimorado em uma cooperativa, e nada mais importante que ter a sugestão dos integrantes da mesma, assim, foi feito a pergunta sobre quais as sugestões para o crescimento sendo que 37% aponto a necessidade de orientação técnica especializada para

guiá-los no que plantar, como plantar, técnicas de adubação, uma vez que os conhecimentos que os cooperados têm é no campo empírico. Ainda como sugestões par a cooperativa, 36% apontaram a necessidade informação específicas para os agricultores e, finalizando, 27% dos entrevistados referiram-se ao maquinário para a cooperativa, podendo assim, valorizar ainda mais seus produtos no momento da venda.

Figura 7. Sugestões dos Cooperados para melhorar a cooperativa. Fonte: Própria

Um dos focos principais em uma cooperativa é melhorar a vida de seus cooperados, mas também, de todos à que estão ao redor como sua comunidade, no entanto, não foi bem isso que os entrevistados acham. Dos entrevistados, cerca de 64% disseram que a cooperativa não trouxe benefícios para sua comunidade residente, enquanto eu apenas 36% afirmam ver melhorias, como o simples fato de trazer o fim do cartel entre comerciantes locais, obtendo melhores preços no momento da venda de seus produtos.

Figura 8. Mudanças da Cooperativa na comunidade. Fonte: Própria

Para Pecar (1981). "O cooperativismo é um sistema econômico com conteúdo social." A própria legislação brasileira, art. 3º. e 4º., da Lei 5764/71, leva-nos a esse raciocínio, quando indica que cooperativa é uma sociedade de pessoas, com forma jurídica de natureza civil, constituída para prestar serviços aos seus associados. Estes ficarão obrigados, reciprocamente, a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Mesmo um número significativo dos entrevistados não perceberem mudanças na comunidade, conforme se observou na figura 8. acima ilustrada. chama atenção o fato de ao serem questionados sobre o que mudou em suas famílias, 82% afirmarem que a melhoria econômica veio após a entrada na cooperativa.

De acordo com Bressan et. al (2003), O cooperativismo de crédito tem como princípio básico a concessão de empréstimos individuais baseados em poupança coletiva, na promoção da educação econômica e financeira dos seus cooperados e no estabelecimento da poupança sistemática, chegando atualmente inclusive à prestação de serviços bancários completos. Assim ficando com 18% a educação financeira das famílias, isso mostra um certo interesse, mesmo sendo menor, mas a preocupação do chefe da família em ter aprendido de forma significativa como distribuir a sua renda, tendo em vista um saber maior onde aplicar de modo que não venha ocasionar malefícios a si e a sua família.

Figura 9. Mudanças na família depois da cooperativa. Fonte: Própria

Conclusões

De acordo com os dados analisados, foi constatado que os cooperados entrevistados obtiveram uma mudança de vida significativa tanto social quanto financeira. Onde também trouxe um retorno positivo na economia da cidade.

No mais, notou-se a importância da organização e adesão dos produtores rurais em cooperativas, pois estimula a melhor comercialização dos produtos e permite que os produtores cresçam socialmente e economicamente, promovendo então, o desenvolvimento das comunidades rurais do município de Santa Luzia do Pará. Observou-se ainda uma carência no que tange à escolaridade e uma grande necessidade de informações de cunho técnicos de forma a instrumentalizar melhor os trabalhadores rurais, fortalecendo, tanto o cooperativismo quanto a agricultura familiar como fortalecimento das economias locais.

Referências

ABBADE da S. R; GUSE. J.C; STRASSBURGER. R; FREITAS, L. A. R. **Análise do perfil socioeconômico da agricultura familiar no município de dilemando de aguiar-rs**, 2012.

BRESSAN, V. G. F., BRAGA, M. J.; BRESSAN, A. A. (2012). Análise da dominação de membros tomadores ou poupadores de recursos nas cooperativas de crédito mineiras. *Economia Aplicada*, 16(2), 339-359.

CAMARGO, Lenita Corrêa. Cooperação e Cooperativismo. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Universidade de São Paulo, Boletim nº 4, Cadeira nº XX, 1960.

GUIMARÃES, I. B. A participação da família no mercado de trabalho: notas a partir dos censos demográficos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 7. **Anais ...** Águas de São Pedro, v.2. p.119-145, 1990.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23.02.2017.

MARTÍNEZ, I. B.; PIRES, M. L. Nuevas ruralidades y cooperativismo: una perspectiva comparada. **Revista de Estudios Cooperativos (REVESCO)**, [S.l.], n.70, Segundo Cuatrimestre, p. 31-46, 2000

PECAR, Samuel - Manual de Contabilidade de Cooperativas Agropecuárias - Israel, Centre de Estudos Cooperativos y Laboriales, 1981.

PINHO, Diva Benevides. Economia e cooperativismo. São Paulo: Saraiva: 1965.

PIRES, M. L. L. e S. et al. Cooperativismo, agricultura familiar e redes sociais na reconfiguração dos espaços rurais. In: **Congresso Brasileiro de Sociologia: consensos e controvérsia**, 14, 28-31 jul. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <[http://pt.scribd.com/doc/33678759/ Cooperativismo-agricultura-familiar-e-redes-sociais-na-reconfiguracao-dosESPACOS-RURALS](http://pt.scribd.com/doc/33678759/Cooperativismo-agricultura-familiar-e-redes-sociais-na-reconfiguracao-dosESPACOS-RURALS)>. Acesso em: 19 de setembro 2017.

RIOS, G. “O que é cooperativismo”. São Paulo: **Brasiliense**, (Coleção Primeiros Passos). 1989.

SCOPINHO, R. A., MARTINS, A. F. G., MARÇAL, C. R. M., RUSSO, P. I. F., PEREIRA, D. E. M., OLIVEIRA, C. A., REZENDE, J. R., & SANTOS, J. A. **A cultura em organizações econômicas populares autogestionárias: Cooperação e contradições do processo organizativo**. São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos. (Relatório de Pesquisa, CNPq/Edital 06/03, processo 40.2968/2003-4), 2007.

VIAN, C. E; SACCO DOS ANJOS, F. Caminhos e descaminhos da produção orgânica: Duas experiências de certificação no sudeste e sul do Brasil. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. SOBER, **Anais do Congresso**, Londrina, 2007.

VOGT, C. P. S; SOUZA S. R; **Mercados institucionais locais como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar: uma análise do programa de aquisição de alimentos na região celeiro** – rs. SOBER, Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural- Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.p. 175-175, 2009.

CHIARELLO, C. L. Análise da gestão de cooperativas rurais tradicionais e populares: **estudo de casos na Cocamar e Copavi**. São Carlos, 2006. Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção Universidade Federal de São Carlos 2006.

RIBEIRO, Kleber Ávila; NASCIMENTO, D. C.; DA SILVA, J. F. B. **A importância das cooperativas agropecuárias para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI-Petrolina/PE**. Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo, v. 2, 2012.

BORK, Flávia Suzana; **Caracterização da percepção dos associados na sua relação coma coopar- Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores da Região Sul**, p. 10, 2012.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. **A (re)significação da extensão rural. O cooperativismo em debate**. In: LIMA, Jorge R. T. (Org.). Extensão rural e desenvolvimento sustentável. Recife: Bagaço, 2003.